

FOTOGRAFIA E NACIONALISMO: A Revista *The National Geographic Magazine* e a Construção da Identidade Nacional Norte-Americana (1895-1914)*

Rafael Baitz

Doutor em História Social-FFLCH/USP

Resumo

As imagens fotografias da revista *The National Geographic Magazine*, na virada do século XIX para o século XX, retrataram os Estados Unidos como o país da imensidão dos espaços geográficos e do contínuo progresso econômico. A representação da grandiosidade do país se fez tanto por meio da escolha dos temas como em decisões estéticas envolvendo técnicas fotográficas e métodos editoriais. Porém, por trás dessas imagens aparentemente neutras e objetivas, havia um antigo imaginário social e um projeto para o país.

Palavras-Chave

Fotografia • Estados Unidos • The National Geographic Magazine

Abstract

The images photographs of the magazine *The National Geographic Magazine* in the turn of century XIX for century XX had portrayed the United States as a country of the immensity of the geographic space and of it an continue economic progress. The representation of the largeness of the country is made with choices of the subjects as in aesthetic decisions involving photographic techniques and publishing methods. However, for backwards of these neutral and apparently objective images it had one old imaginary social and project for the country

Keywords

Photograph • United States • The National Geographic Magazine

* O presente artigo foi elaborado a partir da minha pesquisa de doutorado, especialmente os dois primeiros capítulos da tese que defendi no departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em março de 2004, com o título: *Imagens da América Latina na Revista The National Geographic Magazine (1895-1914)*. Assim como no mestrado, contei com generosa orientação da professora Dra. Maria Ligia Coelho Prado, a quem reitero meus sinceros agradecimentos. Estendo meus agradecimentos à Capes, órgão que me brindou com uma bolsa para desenvolver a referida pesquisa.

Benedict Anderson conceitua nação da seguinte maneira:

“Nação é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana¹”.

A imaginação de que nos fala o autor está ancorada em uma série de símbolos/signos que formam uma imagem conceitual de nação, uma referência segura aos pertencentes daquela sociedade limitada (a comunidade nacional), que irá identificá-la e distingui-la das demais nações. Evidentemente, as fontes produtoras ou gestoras de tais repertórios simbólicos variam historicamente, mudando-se os suportes e mesmo os veículos transmissores, à medida que se transformam os padrões estéticos e comportamentos da própria sociedade. Na passagem do século XIX para o século XX, as imagens impressas em revistas de grande circulação se mostraram importantes fontes de divulgação de idéias, valores e conceitos que integram esse imaginário nacional.

O presente artigo se propõe a discutir um período específico da história norte-americana a partir de uma fonte produtora desse repertório simbólico, que por sua vez privilegiou um suporte para descrever aquele país. A fonte em questão é a revista *The National Geographic Magazine*, e o suporte são as fotorreportagens sobre os Estados Unidos daquele periódico. Procuraremos compreender, a partir de um ponto dessa história do imaginário nacional norte-americano, a forma como um importante meio de comunicação se apropriou e retransmitiu o repertório simbólico do “nacional” daquele país, trazendo para seu público leitor uma imagem-conceito do mesmo.

O caso norte-americano nos parece especialmente interessante, pois desde os primeiros anos de independência política tem se esmerado na construção e manutenção do repertório simbólico sobre o seu nacional. Evidentemente, tal produção simbólica – e principalmente sua materialização – não se fez pela “comunidade” nacional como um todo – apesar dos valores e símbolos nacionais serem de domínio público e difuso –, mas sim por grupos dentro da comunidade que conseguiram traduzir e materializar seu olhar.

Para compreendermos o percurso desse processo se faz necessário entender como se combinaram essas questões chaves na história da revista.

¹ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1991, p.14.

A história da revista

A revista *The National Geographic Magazine*² foi lançada em novembro de 1888 pela *National Geographic Society*, exatamente dez meses após a fundação da Associação. O nascimento da revista está intimamente relacionado com a Instituição que a concebeu. Assim, para melhor compreensão do periódico, faz-se necessário a caracterização, ainda que sumária, desta *Sociedade*.

A *National Geographic Society* era uma entidade privada, sem fins lucrativos, com sede em Washington (Estados Unidos), fundada, segundo palavras de seu próprio presidente, por homens “cultos”; sendo a maioria ocupante de cargos públicos ou com notória influência em assuntos do Estado. Os primeiros membros da Associação, em um total de duzentos, eram engenheiros de repartições públicas, deputados, senadores, embaixadores, assessores das mais variadas esferas de governo, militares tanto do exército como da marinha, altos funcionários de museus ou arquivos públicos, e também, ricos comerciantes, industriais ou profissionais liberais³.

A criação da entidade teve como propósito a pesquisa e divulgação da geografia para o público norte-americano, um assunto considerado, por seus fundadores, importante, porém ausente do debate nacional⁴. Assim, a *Society*, mesmo sendo juridicamente privada, tinha um caráter público claro. O próprio nome “*National*” era muito mais uma referência a sua conformação pública, pró-oficial, do que a uma eventual limitação regional do espaço geográfico de suas pesquisas.

A maioria absoluta dos artigos ou reportagens publicadas na revista vinha de colaboradores associados ou de articulistas pertencentes ao círculo restrito dos sócios-membros, que, por sua vez, eram, ao que tudo indica, os próprios leitores. Assim, nos primeiros anos, a revista, na prática, era um boletim da *National Society*.

Do seu surgimento até 1896, as edições tinham periodicidade irregular, sendo publicados no máximo cinco números por ano, em meses alternados, contínuos ou não. A numeração das páginas era seqüenciada durante o ano,

² Será usado, no decorrer do texto, para designar a *The National Geographic Magazine* parte de seu nome: *National*, ou simplesmente “a revista”. Da mesma forma, a associação *National Geographic Society* será designada por *Society*, *Sociedade*, *Entidade* ou, ainda, *Associação*. Para evitar confusões, portanto, quando for usada a expressão *National*, esta estará se referindo apenas a revista.

de modo que o novo número da revista dava continuidade ao número anterior, compondo-se no final do ano um imenso volume. Tal fato sinalizava o intencional desejo de monumentalidade à publicação, ou, no mínimo, de um saber enciclopédico e não descartável após a leitura mensal. A quantidade de páginas alternava, entre cinquenta e oitenta, a depender do número de artigos, que por sua vez oscilavam entre dois e oito. As primeiras edições traziam matérias fundamentalmente regionais sobre os Estados Unidos, e outras poucas sobre países do Oriente (China, Índia e Egito) e o Canadá. Os artigos, de caráter analítico e conceitual, existiam em maior quantidade do que as reportagens de campo. As ilustrações não eram componentes freqüentes ou obrigatórios das reportagens. As imagens – sobretudo de mapas da região reportada – quando surgiram, eram constituídas por desenhos ou reproduções pintadas, com função meramente ilustrativa da matéria, não sendo objeto de comentário pelo texto escrito.

Apesar de ser porta-voz da Sociedade, a revista tinha autonomia editorial, mas não financeira. Após oito anos de constantes subsídios, que mostraram sua inviabilidade comercial, a direção da Entidade cogitou o encerramento da publicação. O auge da crise foi 1895, ano em que se editaram apenas dois exemplares, em abril e outubro. O encerramento definitivo das atividades não ocorreu graças ao novo presidente da Sociedade, Alexander Graham Bell. O novo presidente, inventor do telefone e próspero empresário (de seu próprio invento), era genro do fundador da Sociedade e foi conduzido ao cargo a pedido do próprio sogro, que via em sua figura uma pessoa dinâmica e criativa, capaz de alavancar tanto a Associação, como a revista.

Ao assumir o cargo de editor-chefe da *National*, Bell trouxe consigo um notável redator da cidade, Gilbert Hovey Grosvenor, e lhe incumbiu de redirecionar a publicação, transformando-a em um produto melhor aceito pelo mercado. O projeto sugerido pelo novo redator passava, no entanto, por uma reformulação da revista de tal ordem que implicaria mudar seu propósito inicial. A idéia central era trazer para as páginas reportagens mais curiosas e menos impregnadas de pesados conceitos *puramente científicos*⁵. Sem perder o compromisso com a pesquisa e a seriedade na informação, a revista, segun-

³ LUTZ, Catherine A. e COLLINS, Jane L. *Reading National Geographic*. Chicago, The University of Chicago Press, 1993, pp. 19-22.

do Grosvenor, deveria ser mais leve, mais informativa, mais curiosa e menos sisuda. O objetivo era alcançar um público maior, exatamente uma classe média urbana de profissionais liberais e homens de negócios, que estariam solícitos e abertos a receber informação séria, porém menos rebuscada. O *slogan* do novo conceito era: “*What they want to Know*”.

O novo projeto editorial causou inicialmente polêmica no seio da Sociedade, exatamente pelo risco de perder a qualidade inicial e a densidade das discussões em nome da difusão. Os resistentes, no entanto, foram voz vencida e o novo projeto da revista veio ao mercado em janeiro de 1896.⁶

As mudanças a partir daquele ano foram de tal ordem que implicaram, inclusive, a alteração gráfica completa do periódico, da capa às páginas internas. A capa deixou o vermelho fosco e tomou cores mais brandas, tendo ao fundo o desenho de um enorme mapa *mundi*. As edições tornam-se regulares, sendo publicadas mensalmente. Internamente também houve mudanças significativas. Os mapas passaram a ser coloridos e os gráficos mais esquemáticos e de melhor compreensão para um público leigo. Também aumentou a quantidade de reportagens/artigos, reduzindo-se o número total de páginas de cada matéria. Os títulos, mais atraentes, passaram a ser entrecortados por subtítulos, com textos “menos cansativos”. Os textos, de fato, tornaram-se mais didáticos e com abordagens mais “digestivas”. Mas a maior mudança editorial foi a inserção da fotografia.

Até janeiro de 1896, a revista não utilizava o recurso fotográfico. A partir dessa data não só passou a usá-la com frequência, como a fotografia foi alçada à principal atração da revista. Tanto assim que na própria capa do periódico vinha a informação de que se tratava de uma revista mensal e ilustrada. As reportagens com fotos foram tomando rapidamente cada vez mais espaço, chegando a ser a marca do periódico, ainda nos últimos anos do século XIX. A

⁴ O primeiro grupo de especialistas em geografia, com graduação acadêmica, se formou apenas em 1903, LUTZ e COLLINS, *op. cit.*, p.20

⁵ SCHULTEN, Susan. *The Geographical Imagination in America, 1888-1950*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002, p.48.

⁶ LUTZ, *Op cit.*, p. 22. “Como resultado das inovações de Grosvenor, o estilo Geográfico se tornou mais similar comparado com outras publicações mensais populares, marcadas por ‘um realismo cheio de energia e informação’, e uma forma de endereçar diretamente ao leitor que era ‘coloquial, forte, direta e aparentemente pessoal’.

partir de 1899, um artigo-padrão (de quinze páginas), carregava, em média, uma dúzia de fotografias – a maioria cobrindo páginas inteiras – sobre o tema. Segundo números da própria revista, em 1912, a *National* publicou nada menos do que 1.452 fotos em suas páginas. O discurso da direção do magazine sobre a fotografia era claro. A entrada da fotografia em grande escala estava em sintonia com a pretensa imparcialidade científica das matérias e um maior profissionalismo do periódico. O propósito da foto na revista era mais do que mera ilustração, era trazer informação mais *precisa* ao público leitor⁷.

Os números da revista, em 1912, já eram grandiosos. Só naquele ano as vendas chegaram, somados todos os exemplares das doze edições mensais, a significativa marca de um milhão e setecentas mil cópias⁸. Na verdade, a *National*, já em 1905, tornara-se referência de publicação ilustrada entre os periódicos norte-americanos, e a fotografia era reconhecida pela direção da revista como seu principal trunfo na tarefa de prestar informação e conhecimento. Para a editoria da revista, a boa reportagem era aquela que trazia documentação fotográfica de qualidade, dando credibilidade à informação.

O sucesso da nova editoração foi de tal ordem que desde o primeiro número da nova série a revista não deixou nem um único mês de ser publicada⁹. A tiragem também aumentou significativamente, um crescimento que se fazia sentir ano após ano. Se em 1895 discutiu-se o encerramento da revista, na década de 1910, a situação era oposta. A revista – graças ao incremento de vendas proporcionado pelas fotografias – tornou-se a principal fonte de recursos da sociedade.

⁷ O. P. Austin, “Progress of the *National Geographic Society*”, fevereiro/1913, pp. 251-256. Para evitar repetição excessiva nas notas, trechos da revista *The National Geographic Magazine* serão citados da seguinte forma: nome do articulista, título da reportagem, data e páginas. Nos casos de artigo não assinado, citar-se-ão apenas os demais dados. “Cada número da revista conterà artigos esplendidos de autoridades famosas e uma média de 125 a 150 das ilustrações maravilhosas que deram a revista sua reputação única por interesse e instrução. A revista comprou material em quase toda parte do mundo e tem hoje uma das coleções mais valiosas de fotografias nos Estados Unidos.”

⁸ *Idem*; “Havia 1,705,000 cópias da revista publicadas durante 1912, a média de edição mensal do ano foi de 142.083, com um ganho de 48,666 por mês. A média de edição em 1911 foi de 93,417; em 1910, 68,833; em 1909, 52,833; em 1908, 41,000”.

⁹ Este é um fato notável se for lembrado que, nos anos 1930, os Estados Unidos sofreram a maior recessão de sua história e a maioria das revistas fechou nessa época. Nesse sentido, ver MORIN, Edgar. *Cultura de Massa no Século XX. O Espírito do Tempo*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

O papel que a fotografia desempenhou na revista

A razão da credibilidade que o público depositava na fotografia reside na crença de que a mesma se trata de um registro isento da participação humana, que traz uma apresentação imparcial e implacável do real. Porém, ainda que tal percepção seja assumida pelo leitor – induzida certamente pelos próprios meios de comunicação –, é preciso observar que a foto é, antes de tudo, um suporte para veicular uma informação, com características próprias que desvinculam a imagem transportada da pretensa naturalidade. A leitura da foto pelo olho humano pressupõe convenções obrigatórias: abolição da terceira dimensão, que transforma o espaço real, percebido pela objetiva, em espaço virtual da fotografia; limitação do mesmo espaço pela própria dimensão da objetiva; eliminação do efeito de movimento – sugerido porém na fotografia e aceito pelo olhar do receptor; alteração das cores (sobretudo nas fotos em preto e branco) ou possibilidade de intervenção nestas; alteração de escala, que, por sua vez, aumenta ou diminui a percepção da granulosidade, bem como eliminação de outros estímulos sensoriais – diferenças que a afastam, fisicamente, do objeto representado¹⁰.

Se os atributos físicos do suporte fotografia e as convenções a que submete o olho humano já desautorizam seu entendimento como transmissor exato do real reportado, ao se verificar o processo de elaboração da fotografia, desde a escolha do fotógrafo ao produto final publicado na revista, tal distanciamento se torna enorme. A começar pelo campo visual da lente do fotógrafo, que, ao escolher o espaço do recorte fotografado, determinará previamente o que irá e o que não irá compor a cena. Além disso, o ângulo escolhido (de cima para baixo, de lado, com determinada distância da câmara fotográfica etc) fornecerá apenas uma possibilidade de ver o objeto, dentre tantas outras possíveis. Ainda, as duas variáveis anteriores multiplicam-se quando se leva em consideração o fator tempo/movimento – também escolhido pelo fotógrafo –, pois interferirá de maneira definitiva no produto final, na medida em que redefine a abordagem do objeto alvo.

¹⁰ Sobre as características físicas da foto ver DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico e Outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1994, e AUMONT, Jacques. *A Imagem*. Campinas: Papirus, 1995.

Além disso, como se trata de um conjunto de imagens preordenadas, a editoração é de cabal importância. Dentre os elementos que interferem no resultado final da mensagem fotográfica está a escolha da “melhor” foto que irá ilustrar a matéria. Indispensável se levar em conta as razões culturais, políticas, comerciais e tantas outras que envolvem, consciente ou inconscientemente, a escolha feita pela editoria da revista, de uma foto em face de outra. Por fim, o tamanho da foto, sua alocação espacial nas páginas, bem como sua relação com as demais imagens da mesma reportagem e desta com a seqüência e lógica das outras reportagens e artigos que formam o conjunto do exemplar, são também outros fatores que definem a própria informação transmitida. Assim, muito menos do que a pretensa “realidade objetiva” do que é fotografado, a fotografia contém a própria realidade sócio-cultural do fotógrafo – ou, como é o caso de imagens fotográficas de imprensa, do redator da publicação –, pois revela suas escolhas e posicionamentos políticos/culturais/ideológicos. Como lembra Kossoy:

“A eleição de um aspecto determinado - isto é, selecionado do real, com seu respectivo tratamento estético -, a preocupação na organização visual dos detalhes que compõem o assunto, bem como a exploração dos recursos oferecidos pela tecnologia: todos são fatores que influirão decisivamente no resultado final e configuram a atuação do fotógrafo enquanto filtro cultural. O registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens, particularmente naquelas que realiza para si mesmo enquanto forma de expressão pessoal.”¹¹

Mas se a fotografia mostrou ser o suporte ideal da revista para transmitir credibilidade a suas informações, falta compreender o objeto dessa informação e o porquê de seu interesse para o público norte-americano.

A geografia da *The National Geographic Magazine*

A fundação da *Society*, assim como o lançamento da revista, foram sintomas do ressurgimento do debate em torno da geografia ocorrido no final do

¹¹ KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*, São Paulo: Ática, 1989, p.27.

século XIX¹². Um momento de “definição” do *status* científico desse ramo do conhecimento. O revigoramento da Geografia – no plano internacional – estava diretamente associado ao novo quadro da política internacional, mais particularmente com as disputas de territórios pelos países industrializados¹³.

E fazia sentido ser assim. O desenvolvimento da Geografia naquele momento foi um imperativo para as novas relações internacionais. A industrialização do sistema capitalista de produção no século XIX culminou na expansão territorial dos estados centrais para uma nova colonização do planeta em busca de mercados. Conseqüência e ao mesmo tempo combustível para a indústria, o imperialismo se apresentava como um encaminhamento natural da política dos países centrais do capitalismo. Cumprindo a dupla função de servir-se dos recursos naturais e de criar compulsoriamente mercados externos, os países periféricos do sistema estavam sendo anexados diretamente pela invasão militar ou, indiretamente, pelo constrangimento econômico. O diferencial do novo processo imperialista consistia na desproporção tecnológico-industrial entre dominante e dominado, dividindo o mundo, aos olhos do colonizador, claramente entre civilizações atrasadas e modernas¹⁴.

O novo quadro mundial exigia, portanto, o conhecimento dos espaços e de seus habitantes, para melhor estabelecer a natureza da relação entre os povos (a saber, o domínio). Mais do que a simples catalogação das diferenças territoriais e suas articulações, era premente estabelecer conhecimento seguro que facilitasse o controle¹⁵. A concepção que talvez sintetize melhor a relação entre geo-

¹² Nesse sentido ver CAPEL, Horácio. “Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos”. In *Revista de la Universidad de Barcelona*, año I, número: 8, marzo de 1977.

¹³ *Idem*.

¹⁴ HOBBSBAWN, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 33.

¹⁵ Nas palavras de Yves Lacoste: “A geografia é, de início, um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares e são tais práticas que exigem o conjunto articulado de informações extremamente variadas, heteróclitas à primeira vista, das quais não se pode compreender a razão de ser e a importância, se não se enquadra no bem fundamentado das abordagens do Saber pelo Saber. São tais práticas estratégicas que fazem com que a geografia se torne necessária, ao Chefe Supremo, àqueles que são os donos dos aparelhos do Estado. Trata-se de fato de uma ciência? Pouco importa, em última análise: a questão não é essencial, desde que se tome consciência de que a articulação dos conhecimentos relativos ao espaço, que é a geografia, é um saber estratégico, um poder”. LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra*. 6ª edição. Campinas: Papirus, 2002, p. 23.

grafia e poder estava na capa de uma revista francesa, congênera e contemporânea da *National*, que dizia: “*La Tierra pertenecerá a quien la conozca mejor*”¹⁶.

O conhecer tinha uma entonação técnica/prática, bem ao gosto do positivismo da época. Não é por outro motivo que a geografia se definiu como uma ciência de síntese, agregando saberes técnicos sobre a natureza, tais como cartografia, geologia, climatologia, hidrologia e mineralogia. Todas, no entanto, dirigidas para preocupações Estatais. À nova ciência geográfica foi dado um papel prático e que definiu seu objeto mais pelas necessidades do Estado (Imperialista) e menos por uma concepção teórica ou acadêmica. A própria percepção do conhecimento geográfico tinha, portanto, um aspecto de maior praticidade, forjado a partir das preocupações concernentes a estratégias estatais, como foi claramente exposto pelo general A. W. Greely, na edição de janeiro de 1906 da revista:

“O crescimento, desenvolvimento e limitação das nações são amplamente influenciadas pelo ambiente geográfico, quando não o são totalmente. A localização dos grandes centros de agricultura e comércio, de indústrias especiais, e extração de minérios, é um resultado das cuidadosas explorações dos recursos econômicos.”¹⁷

Mais a diante, o articulista completa o raciocínio, explicitando, inclusive, a ordem de interesse do geógrafo:

“O trabalho de explorações geográficas passou por três fases distintas: primeiro, interesses comerciais; segundo, avanço do conhecimento; terceiro, explorações científicas.”¹⁸

¹⁶ Citado por CAPEL, *op. cit.*, p. 46.

¹⁷ A. W. Greely, “Geographical exploration: its moral and material results”, janeiro/1906, p.2. “The growth, development, and ultimate limitation of nations are largely influenced if not entirely due to geographical environment. The location of great centers of agriculture and commerce, of special industries, mining and stockraising, is the outcome of careful explorations of the special economic resources on which their success depends”.

¹⁸ *Idem*. “The work of geographical explorations has usually passed through three distinctive phases: first, commercial purposes; second, advancement of knowledge, third, scientific explorations.”

As observações do general americano não eram declarações isoladas ou peculiares de um militar prático, pelo contrário, parecem seguir a regra do próprio discurso geográfico da época. Como relata Freeman, as sociedades geográficas européias tinham o mesmo enfoque descrito acima:

“Las sociedades geográficas no sólo satisfacían una curiosidad natural sobre los aspectos más salvajes de la naturaleza y la sociedad, sino que también consideraban astutamente las eventuales posibilidades de comercio y expansión colonial”¹⁹.

E a sociedade norte-americana – ao menos sua elite – tinha razões de sobra para se interessar por esse tipo de saber geográfico. O final do século XIX e a primeira década do século XX nos Estados Unidos é um período crucial no processo de definição de suas fronteiras internas e debate sobre a expansão territorial ou não daquele país. Por exemplo, o ano 1890 foi marcado como o ano da “solução” da questão indígena²⁰, com o confinamento do último grupo indígena em uma reserva, e, portanto, com a definição mais exata das terras à disposição para as ditas atividades produtivas. Nesse período também estiveram no debate público: o ingresso ou não dos Estados Unidos em uma Guerra contra a Espanha – algo que de fato ocorreu em 1898; a ingerência estadunidense no novo governo cubano; o controle político-administrativo das Filipinas e de Porto Rico; a proclamação do corolário Roosevelt à doutrina Moore e o acalorado debate sobre a construção do canal que ligaria o oceano Atlântico ao Pacífico (que culminou – com clara ajuda do governo de Washington – no “nascimento” de um novo país – Panamá – para a sede dessa monumental obra norte-americana).

Mas apesar das controvérsias e polêmicas sobre tais assuntos que moviam tórridos debates na imprensa, a revista permanecia em uma postura aparentemente discreta, não se envolvendo diretamente nas questões políticas ou tomando partido abertamente de um lado ou de outro. Os artigos da revista tinham como proposta situar os leitores municiando-os de elementos e dados sobre o debate que se desenrolava. Assim, as páginas da revista ocupavam-se das regiões onde estava

¹⁹ FREEMAN, T. W. *A Hundred Years of Geography*. London: Gerald Duckworth, 1961, p. 51.

²⁰ JUQUEIRA, Mary Anne, *Estados Unidos. A Consolidação da Nação*, São Paulo: Contexto, 2001, p115.

voltada a atenção do público; os artigos eram técnicos e descritivos, abordavam: ocupação de territórios, distribuição das bacias hidrográficas, fluxo migratório, composição étnica da população e sua força de trabalho, desenvolvimento tecnológico, capacidade produtiva da indústria estratégia, reservas minerais, sistemas de defesa naturais a ataques estrangeiros, co-relações entre condições geográficas e históricas no desenvolvimento de regiões do país, etc.

O interesse sobre a Geografia não era exclusividade norte-americano, porém este país tinha particular preocupação com essa área do conhecimento. Era ao mesmo tempo um saber necessário a qualquer nação candidata a exploração ou exercício de poder no novo quadro geopolítico internacional, e indispensável para o conhecimento dos próprios leitores da revista sobre seu país, que aquela altura estava redefinindo internamente seu território. Há, porém, uma peculiaridade no caso norte-americano que entendemos ser igualmente importante para explicar o sucesso da revista. O meio natural dos Estados Unidos integrou, desde muito cedo, um forte elemento simbólico do nacional. A natureza norte-americana sempre foi, para os artífices do nacional naquele país, um símbolo de forte apelo. E a revista analisada soube, exatamente em um momento de forte ascensão nacionalista, canalizar muito bem esse discurso pré-existente na sociedade.

O teor das imagens fotográficas sobre os Estados Unidos

Quando a *The National Geographic Magazine* começou a circular, os Estados Unidos estavam passando por grandes transformações econômicas e sociais. Os anos de 1890 são identificados pela historiografia norte-americana como o início da “*Era Progressista*”, que se estendeu até a década de 1920²¹. A marca do período foi o espetacular desenvolvimento econômico do país, colocando-o definitivamente em posição de destaque no quadro dos países industrializados. A vitória dos Estados do norte na Guerra de Secessão, trinta anos antes, acelerou o processo de industrialização que tomou força na última década do século XIX. Foi nos anos noventa daquele século que o país completou uma unificação interna, multiplicando sua malha ferroviária, ampliando e estendendo leitos navegáveis de rios e implantando um monumental sistema de comunicações para a integração de todo o país.

²¹ Nesse sentido, ver LINK, Arthur. *História Moderna dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1965, e LEUCHTENBURG, William (org.). *O Século Inacabado. A América desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

Entre 1895 e 1914, o governo norte-americano investiu milhões de dólares na construção de estradas de ferro, usinas elétricas, portos, túneis, barragens, sistemas de irrigação para a agricultura, pavimentação de estradas e ruas urbanas, construção de dutos e tubulações para cabos de transmissão de telégrafos, postes para implementar a instalação de rede elétrica e cabos de telefone. A política de realização de obras públicas atendia à exigência do novo modelo industrial, constituído, cada vez mais, por grandes empresas. Os novos gigantes da economia industrial concentravam dinheiro e poder, que, combinados com o avanço tecnológico da época, promoviam uma produção ao mesmo tempo diversificada e em escala até então nunca imaginada. O poder político estava, mais do que nunca, a serviço desses grandes conglomerados e praticamente se fundira em uma plutocracia empenhada num mesmo objetivo: aliciar insumos para alavancar o desenvolvimento industrial do país. O modelo de desenvolvimento estava calcado na produção em grande escala, para o consumo em massa, de um diversificado número de produtos criados ou inventados como necessários para a vida civilizada, o que exigia maior volume de mão-de-obra, atraindo correntes migratórias de praticamente toda parte do mundo.

A revista estava em perfeita sintonia com os novos ares de modernidade da economia do país. Um bom exemplo foi um artigo publicado em abril de 1907, da lavra de um funcionário do Estado norte-americano, discorrendo sobre os milhões de dólares que o governo de seu país iria investir naquele ano em obras de irrigação. O título da reportagem foi “*Millions for moisture - An account of the work of the U. S. Reclamation Service*”. Em tom nacionalista e claramente otimista em relação a seu país, o articulista inicia o texto com a seguinte frase:

“Estamos vivendo a Era das grandes coisas. É uma época criativa. Nossa perspectiva tem se ampliado a uma extensão tal que já não mais podemos deixá-la fixada a linhas geográficas. Ela abraça o mundo todo, os Pólos desconhecidos não são exceção. É o momento do engenheiro e em nenhum outro período de nossa história ele ocupou um lugar tão preeminente nos negócios nacionais como hoje.”²²

²² C. J. Blanchard, “Millions for moisture”, abril/1907, pp. 217-243. “Milhões para irrigação Uma Prestação de Contas do Trabalho do Serviço de Reivindicação dos EUA. “We are living in an age of big things. It is a creative epoch. Our perspective has broadened to such an extent that it is no longer confined by geographical lines. It embraces the whole world, the undiscovered Poles not excepted. It is the day of the engineer, and in no previous period of our history has he occupied so prominent a place in national affairs as he does today”.

No decorrer do longo artigo o autor descreve os milhões de dólares que o governo de seu país estava investindo na recuperação de terras até então inóspitas e improdutivas, transformando-as em oásis para a agricultura. De fato, foi um período das grandes obras de engenharia, das grandes máquinas, da grande produção, da imigração em massa, do transporte e comunicação mais rápidos, do consumo privado mais fácil (em quantidade, variedade e com preços melhores); em suma, foi o momento da afluência econômica que o país vivia. Mas foi também um período de grandes crises sociais, de revolta dos pequenos fazendeiros, de miséria urbana, de ódio racial, do alcoolismo epidêmico, da prostituição e de abalo das instituições política do país.

Colado ao avanço econômico estava, como dissemos de início, um vigoroso nacionalismo, e com ele, a retomada, a consolidação ou a reformulação de mitos e idéias sobre o próprio país. A *National* se insere nesse contexto e, como agente do processo, fez um recorte bem preciso desse período e forneceu uma versão sobre ele, transposta em reportagens acompanhadas por farto material fotográfico. Durante o período de 1895 a 1914, os Estados Unidos estiveram presentes em todos os números da revista, o que representa um universo superior a duzentos artigos e/ou reportagens. Os temas eram bem variados: sistemas de transporte, recursos naturais ou minerais de determinada região, desenvolvimento econômico de determinado setor, belas regiões do país, produtividade agrícola, migrações e tantos outros; mantendo-se um discurso coerente e um enfoque positivo dos feitos e resultados obtidos pelo desenvolvimento econômico, ou, simplesmente, enaltecendo-se as belezas naturais do país.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que as reportagens sobre os Estados Unidos estavam divididas em dois grandes blocos. Um primeiro grupo, certamente em escala menor, tinha como objeto a beleza natural do país. Neste, a reportagem ressalta a imponência do meio natural do país e convida seus leitores a conhecê-lo, repleto de belas montanhas, animais selvagens ou florestas majestosas.

O segundo bloco, constituído por reportagens sobre a transformação do território nacional, descreve o meio natural como uma grande reserva com destinação econômica. Antes de serem belas, intocadas ou mesmo sagradas, as florestas, montanhas, lagos, rios e planícies eram bens na expressão jurídica do termo: representavam riquezas para serem exploradas. Na ordem do discurso, o espaço era primeiramente apresentado pela revista de maneira quantitativa (extensão do território, volume de matérias-primas existentes, métodos de extração e transporte, tudo traduzido em números e gráficos estatísticos). Em seguida, o texto apresentava a importância estratégica da região e de sua

reserva, justificando a pertinência do tema da reportagem/artigo. Por último, a revista mostrava as transformações operadas pela ação direta do homem, o domínio do espaço e, em linguagem econômica, sua realização financeira.

Assim, o repertório temático da revista no período oscila entre a grandiosidade da natureza (rios, colinas, cânions, florestas, grandes animais), os grandes recursos naturais (quantidade do rebanho bovino, quantidade e qualidade dos rios navegáveis ou a extração de minérios) e a transformação que o país estava sofrendo graças ao processo de modernização capitalista. Nesse caso o que as imagens e os artigos dão conta é das mudanças da paisagem com os novos equipamentos removendo e redesenhando o país. São tratores, colheitadoras, dragas, trens, barragens, usinas e guindastes em ação transformadora.

Tal repertório temático é apresentado por meio de novos métodos tecnológicos (a fotografia de imprensa) cujos recursos estéticos influenciam decisivamente na mensagem final.

O meio natural foi representado como imponente, majestoso e sublime. O modo como cachoeiras, vales, cânions, florestas e animais de grande porte foram fotografados compõem tal mensagem. Uma série de recursos técnicos é empregada para transmitir tais sensações. Invariavelmente as imagens sobre quedas d'água, por exemplo, são colhidas em ângulo vertical, de baixo para cima, impondo ao olhar do observador da foto a sensação de altura daquela cachoeira. O mesmo acontece quando as imagens da revista convidam o leitor a ver a imensidão de um cânion. Nesse caso, a foto, também na vertical, de baixo para cima, aumenta a impressão do tamanho do meio natural. Uma posição diferente da lente fotográfica ocorre quando a revista informa sobre os rebanhos norte-americanos. Nesse caso, a quantidade de animais é bem mais visível quando a imagem é colhida de cima para baixo. O mesmo posicionamento da câmera é eleito quando a revista se dedica a falar de uma floresta do país. Nesse caso, em hipótese alguma imagens de floresta são colhidas na horizontal, o que reduziria a sensação de grandiosidade e vastidão. Fotos na horizontal somente ocorrem quando o tema é uma única árvore, mas o “truque” fotográfico passa pela colocação de um elemento em paralelo ao objeto fotografado, para dar a dimensão de escala do tamanho do tema central da foto. Esse procedimento também foi exaustivamente usado para fotografar “coisas” gigantes. Por exemplo, em junho de 1903, com o sugestivo título da reportagem de *“Big Thing of West”*, a revista, para descrever o tamanho das melancias colhidas naquela região, apresentou uma foto com uma criança colocada dentro da fruta, ficando apenas com a cabeça para fora. Na mesma re-



Foto extraída da reportagem:
"Our National Parks", junho de
1912, p. 535

Pintura de Albert Bierstadt.
"Mariposa Grove". 1876.





Foto extraída da reportagem: "Our National Parks", junho de 1912, p. 534.

portagem, para mostrar a fertilidade do solo, a foto apresenta um homem em posição ereta ao lado de um pé de tomate que lhe supera em tamanho várias vezes. Os animais de grande porte por sua vez têm fotos frontais, na horizontal, e com a câmera muito próxima, sem foco no segundo plano, o que aumenta a impressão de tamanho da fera.

Tal forma de representar o meio natural norte-americano - ressaltando sua grandiosidade e excepcionalidade - havia sido feita por outro suporte de imagem, também do conhecimento do público leitor da revista.

Durante toda a primeira metade do século XIX, um movimento artístico intitulado de *Escola do Rio Hudson*, composto por uma geração de artistas nativos ou radicados na América do Norte, elegeu como tema central de seus quadros a natureza do país (especialmente a região que deu nome ao grupo, que se localiza ao Nordeste dos Estados Unidos) e a relação desta com o homem norte-americano.

Pintores como Cole, Bierstadt, Durand e Bingham, transpuseram para a tela o universo simbólico do discurso sobre a natureza norte-americana. Pintada pela Escola, o meio natural mantém os traços do desafiador, do incontrolável, porém é esteticamente bela. Os cânones da representação mostram a filiação do movimento com o Romantismo inglês (mais exatamente com as escolas do Sublime e do Pitoresco), cuja sensibilidade se voltava para o resgate da natureza como valor positivo. Os quadros dos representantes dessa escola retrataram uma América mágica, exuberante e arrebatadora. De dimensões enormes, o meio selvagem norte-americano, ao mesmo tempo em que acenava para a grandiosidade do país, colocava o homem em posição desafiadora.

Como lembra Maria Lígia Coelho Prado:

“As paisagens na pintura dessa escola tinham algumas características peculiares. Os homens possuíam uma pequena dimensão diante da natureza não-domesticada. As paisagens eram grandiosas, inatingíveis, intocadas, cheias de mistérios, de grande beleza e originalidade. A natureza apresentava-se como refúgio, tanto espiritual como físico. A análise dessas pinturas mostra que contribuíram para a elaboração de imagens constitutivas de uma identidade nacional, era uma arte nacionalista que pretendia afirmar que a natureza atingira sua forma mais pura e elevada nos Estados Unidos”²³.

²³ PRADO, Maria Lígia. *América Latina no Século XIX. Tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 191.



Foto extraída da reportagem: "Our National Parks", junho de 1912, p. 533.

Segundo a historiadora, as pinturas nacionalistas norte-americanas, muito além de representarem a própria natureza tema dos quadros,

“(...) acabaram sendo uma contribuição efetiva para o imaginário nacional. Os Estados Unidos eram esse grandioso país no qual a natureza selvagem era a prova de que a Divina Providência havia tocado essa terra com um olhar especial, de terra eleita. Ao mesmo tempo, a wilderness indicava a originalidade norte-americana diante da Europa. Essa natureza forte, intocada, grandiosa, enigmática, era o sinal positivo que previa a grande nação que os Estados Unidos seriam algum dia”²⁴.

Avançando ainda mais na análise e repercussão do significado dessas pinturas, arremata a autora:

“A natureza não é, portanto, um objeto neutro, perscrutado pelo olhar supostamente imparcial do cientista ou pelo do artista em busca da “beleza

²⁴ *Idem.*

pura”. Suas representações são carregadas de idéias que produzem imagens e símbolos, contribuindo para compor o imaginário de uma sociedade”.²⁵

A contribuição de que fala Prado (especialmente a da Escola do Rio Hudson) parece ter sido extremamente consistente, quando comparados os acervos imagéticos produzidos pelos pintores e as fotografias da *The National Geographic Magazine*. Mesmo se tratando de suportes distintos, pode-se ver, com relativa clareza, a proximidade entre as pinturas da *Hudson River School* e as fotografias da *The National Geographic Magazine*. A comparação entre os acervos parece inevitável, não só quanto ao repertório temático, mas também quanto ao tratamento e aos recursos técnicos utilizados. Em praticamente todas as imagens da revista se percebe a escolha do ângulo privilegiando que melhor proporciona uma impressão de amplidão do espaço, seja utilizando ângulos aéreos, visões panorâmicas ou, ainda, o uso de recursos como a existência de figuras humanas para estabelecer a escala da grandiosidade.

Tais escolhas – muito bem sucedidas e de amplo conhecimento do público norte-americano – também foram empregadas quando as imagens da revista eram sobre as transformações tecnológicas que estavam em curso no país. Nesse caso, o mesmo método de fotografar a natureza migra para as maravilhas do mundo industrial. A cachoeira, fotografada de baixo para cima, dá lugar à pilha de sacos de cereais colhidas na última safra²⁶. A figura humana usada para dar noção de escala e trazer a idéia de grandiosidade da árvore passa a ser usada para mostrar o gigantismo da máquina agrícola empregada na lavoura²⁷. A fotografia frontal do urso da reserva florestal também é usada para registrar a draga que está limpando os rios do país²⁸.

Mas a preocupação com a imagem do país não se encerra nas grandes obras naturais ou humanas, ela desce a pormenores não menos importantes e significativos da mensagem proposta. O mundo norte-americano do trabalho é composto, segundo a revista, por ferramentas sofisticadas: serras elétricas, britadeiras, lupas, luz elétrica e uma infinidade de equipamentos motorizados. O

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Foto publicada na edição de julho de 1903, na reportagem intitulada “The United States; Its soils their Product”.

²⁷ *Idem*.

²⁸ Foto publicada na edição de junho de 1902, na reportagem intitulada “Our National Park”.

cenário do trabalho é repleto de fios e cabos de aço operados por homens brancos e uniformizados. As elaborações de manufaturados ocorrem sempre em fábricas modernas. A agricultura é realizada não por processos rudimentares, mas sim por equipamentos sofisticados. O transporte, nunca por meios e equipamentos obsoletos, mas sim por modernos trens ou veículos motorizados. E o resultado nunca é relativo a singularidades, mas sim a enormes quantidades, dando conta da fartura advinda do trabalho disciplinado, disposto, realizado pelos mais sofisticados métodos modernos.

As escolhas temáticas e os recursos estéticos são apenas partes da estratégia de informação e criação dessas imagens-conceito sobre os Estados Unidos. Muito além daquilo que se mostra e do modo como é apresentado, indispensável, para compreensão da informação final que se pretendia transmitir, também assinalar o que se ocultava. Apesar do grande número de negros, mulheres e mesmo crianças que trabalhavam na linha de montagem das fábricas e demais frentes de trabalho, em nenhum momento eles aparecem nas imagens fotográficas da revista. Não há imagem alguma de devastação das florestas ou mesmo das catástrofes naturais que assolaram o país naqueles anos (bom lembrar que a cidade de São Francisco foi completamente arrasada por um incêndio decorrente de um tremor de terra ocorrido em 1906).

Importante destacar que tais imagens foram apresentadas em contraste com outros países, especialmente dos vizinhos latino-americanos. Comparado com as imagens sobre os países latino-americanos é saliente a diferença entre as imagens fornecidas sobre os Estados Unidos e as imagens sobre a América Latina, cujos recursos estéticos, os temas escolhidos e a forma de apresentá-los, dão conta de um local inóspito, desprovido de ordem institucional e mergulhado no mais profundo atraso econômico.

O produto final da mensagem proposta pela revista é de uma imagem-conceito extremamente positiva dos Estados Unidos, obtida principalmente pela exposição, à exaustão, de uma infinidade de escolhas temáticas e estéticas apresentadas de maneira coerente durante longos anos.

Considerações finais

Quando a revista reportou os Estados Unidos, ressaltou a imagem positiva de um país em franca expansão. Porém, é importante lembrar a parcialidade da abordagem sobre aquele país feita pela revista. A primeira se refere ao caráter embrionário das mudanças que estavam ocorrendo. Sem que figurasse



Fotos extraídas da reportagem "The United States: Its soils and Their Product", publicado em julho de 1903.



em nenhum registro fotográfico da *National*, a esmagadora maioria dos norte-americanos, longe dos grandes centros, tinha vida material ainda moldada nos padrões da primeira metade do século XIX. No início dos anos 1890, cidades inteiras do meio oeste dos Estados Unidos haviam sido “levantadas” da noite para o dia com madeira extraída de florestas vizinhas²⁹. Por exemplo, em 1907, foi preciso um decreto obrigando o setor comercial da cidade de San Francisco a substituir as construções de madeira por tijolos, principal motivo da devastação da cidade pelo incêndio ocorrido no ano anterior.³⁰ No campo, onde morava a maioria da população, os raios da declarada modernidade pareciam ainda mais raros. Arado, cavalos, cercas de madeira eram os instrumentos do processo produtivo da grande maioria dos pequenos fazendeiros, e não as modernas máquinas exibidas pela revista.

O fato era que os ritmos e padrões da chamada modernidade estavam apenas em seus estágios iniciais, mesmo nos Estados Unidos, considerado um dos epicentros das transformações.

Mas a editoria da revista não apresentou qualquer contradição da realidade de seu país. Pelo contrário, foi ufanista e defensora da política governamental. As imagens escolhidas pelo periódico para reportar os Estados Unidos eram nitidamente parciais e estavam muito distantes de uma pretensa “verdade objetiva”. Resgatando as imagens de pinturas conhecidas do público norte-americano, principalmente da famosa *Escola do Rio Hudson*, a *The National Geographic Magazine* apresentou um cenário majestoso, imenso, do tamanho do orgulho nacional. E as mesmas técnicas de apresentação da grandeza do meio selvagem norte-americano foram utilizadas para mostrar o desenvolvimento econômico do país. Tratava-se de um suporte novo em um ideário bem conhecido do público.

Tal engajamento da editoria da revista está diretamente associado ao meio social que a produziu, uma elite econômica e política. A esmagadora maioria

²⁹ FOHLEN, Claude. *O Faroeste*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 174. Nas palavras do autor “Existiam certamente casas; mas mereciam o nome de “casa” essas cabanas ou tendas que formavam a grande maioria das habitações? Todas as cidades eram construídas às pressas, mais preocupadas com a funcionalidade do que com a estética. As primeiras moradias eram de lona, seguidas por construções de madeira, quando estas se encontravam à disposição nas proximidades. Na falta desse material, utilizava-se argila seca ao sol ou adobe, segundo uma técnica que os espanhóis haviam outrora empregado no Novo México. Para todos os efeitos, a palavra casa é uma força de expressão”

³⁰ *Idem*, p. 182.

dos artigos foi assinada por altos funcionários públicos – os associados da *National Society* –, comprometidos com o discurso do nacionalismo oficial. A revista foi escrita pela seleta elite e provavelmente lida também por ela e por uma classe média em expansão. A imagem-conceito elaborada pela revista sobre os Estados Unidos, ao mesmo tempo que dava ao público leitor a certeza do bom caminho que a nação estava trilhando, ainda legitimava os métodos e propósitos do grupo dirigente daquele país.

O percurso imagético do periódico, ao retratar o país como centro irradiador do progresso material e da tecnologia, estava em perfeita sintonia com a tradição do imaginário nacional norte-americano, que via o país como a grande nação habitada por um *povo eleito* de Deus. Um público acostumado com as idéias e imagens de grandiosidade, que as fotografias de imprensa ajudaram a consolidar.

Referências Bibliográficas

Fonte:

The National Geographic Magazine – CD Room 1888-1999.

Bibliografia

ANDERSON, Benedt. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática Editores, 1991.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. São Paulo: Papirus, 1995.

BACZKO, Bronislaw. *Les imagineire sociaux : memore et espoirs colectis*. Paris: Payot, 1984.

_____. *Imaginação social*. In Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

BARRACLOUGH, Geoffrey. Introdução à História Contemporânea. São Paulo: Circulo do Livro, 1964.

CAPEL, Horácio. “Institucionalizacion de la geografia y estrategias de la comunidad científica de los geografos”. In *Revista de la Universidad de Barcelona*, año I, número: 8, marzo de 1977.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

- DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. Campinas: Papirus, 1994.
- DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix/Editora, 1988.
- ECO, Umberto. *A estrutura do ausente*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- FOHLEN, Claude. *O faroeste*. São Paulo: Cia das Letras/Circulo do Livro, 1989
- FRANCASTEL, Pierre. *Pintura y sociedad*. Buenos Aires: Emecé, 1960.
- _____. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- _____. *Imagem, visão e imaginação*. São Paulo: Martins Fontes, São Paulo: 1983.
- FREUND, Gisèle. *Fotografia e sociedade*. Lisboa: Verga, 1982.
- GELLNER, Ernest, *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GOMBRICH, Ernest H. *Arte e ilusão (um estudo da psicologia da representação pictórica)*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos (o breve século XX)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- _____. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Nação e nacionalismo desde 1780; Programa Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do rio grande. Imaginando a américa latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista/SP, 2000.
- _____. *Estados Unidos. A consolidação da Nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ed Ática, 1989.
- LACOSTE, Ives. *A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra*. 6ª edição. Campinas: Papirus, 2002, p.23.
- LEUCHTENBURG, William E. (Org.). *O Século Inacabado. A América desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- LINK, Arthur (org.). *História Moderna dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965.
- LUTZ, Catherine A. & JANE L. COLLINS. *Reading National Geographic*. London: The University of Chicago Press, 1993.
- MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular, introdução à fotografia*. São Paulo: Brasiliense/ Funarte, 1984.

- MENESES, Ulpiano Bezerra. “Fontes Visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”, in *Revista Brasileira de História*, n. 45, São Paulo: Humanitas, 2003.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *A Gênese da Geografia Moderna*. São Paulo: Annablume, 2002.
- _____. *Geografia. Pequena História Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. 3ª edição. São Paulo: ed. Perspectiva, 1991.
- PAZ, Alfredo de. *L'occhio della modernità. (Pintura e fotografia dalle origini alle avanguardie storiche)*. Bologna: CEUB, 1987.
- PRADO, Maria Lúcia Coelho. *A américa latina no século XIX, tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999.
- _____. “Davi Golias: as relações entre Brasil e USA no século XX”, in Motta, C. Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). A grande transação*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- PERROT, Michelle. *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra (vol. 4)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SANTAELLA, Lucia e Noth, Winfried. *Imagem. Cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru/SP: Edusc, 2000.
- SCHOULTEN, Susan. *The Geographic Imagination in America, 1880-1950*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
- SONTAG, Susan. *Sulla fotografia*. Torino: Ed. It., 1978.